

ANEXO N.º 1

PROPOSTA/PLANO DE TRABALHO DE PROJETO DE PESQUISA ACADÊMICA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
FACULDADE DE ARQUITETURA
CIDADE EM PROJETO - CPLAB

À Comissão de Seleção da Chamada Pública 04/2022

Senhor(a) Presidente:

Pelo presente, apresentamos proposta e plano de trabalho para realização de projeto de pesquisa científica acadêmica, nos seguintes termos:

Dados cadastrais da IES proponente			
Nome da entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul		CNPJ: 92.969.856/0001-98	
Endereço: R. Sarmento Leite, 320 - Centro Histórico			
Município: Porto Alegre	UF: RS	CEP:90050-170	Telefone:(51) 3308-3116
E-mail para contato: eliane.constantinou@ufrgs.br			
Portarias de Reconhecimento do Ministério da Educação da IES e do Curso de Arquitetura e Urbanismo: PORTARIA No- 288, DE 23 DE MARÇO DE 2015 (Recredenciamento da UFRGS).			
Reconhecimento do curso de Arquitetura: Decreto N° 28.371, de 12 de julho de 1950, com reconhecimento mantido por Decreto de 25 de abril de 1991, tendo seu reconhecimento renovado pela Portaria MEC-SERES N° 111, de 04 de fevereiro de 2021 Publicada no DOU em 05/02/2021, Seção 1, página 155.			
Nome do Responsável pela IES: Eliane Constantinou		CPF: 575.727.800-59	
C.I./ Órgão Expedidor: 4033322142 Órgão Expedidor: SSP-RS		Cargo: Diretora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS	
Dados do projeto de pesquisa científica acadêmica			
Título do projeto: A ATHIS como alternativa às necessidades habitacionais brasileiras. Proposta de uma metodologia para realização de levantamento do déficit habitacional qualitativo municipal em São Leopoldo/RS.			

Nome do Pesquisador Responsável: Luciana Inês Gomes Miron	CPF: 603563400-15
C.I./ Órgão Expedidor: 8038711134 SSP/RS	Cargo: Professora Associada no Departamento de Arquitetura da UFRGS
Titulação do pesquisador responsável: O vínculo com a IES é em regime de tempo integral? (x) SIM () NÃO	

Súmula curricular dos docentes integrantes da equipe de execução do projeto de pesquisa:
<p>Luciana Inês Gomes Miron</p> <p>Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), mestrado (2002) e doutorado (2008), ambos pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada do Departamento de Arquitetura (desde 2006) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (desde 2011). Integrante do Cidade em Projeto – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão. Professor visitante - Universidad de la Republica Uruguay (2008 a 2013). Pós-Doutorado (2014-2015) pela University of Huddersfield/UK sob orientação de Lauri Koskela. Editora-chefe na Revista Ambiente Construído (desde 2020). Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional atuando principalmente nos seguintes temas: gestão do processo de projeto, gerenciamento dos requisitos do cliente, avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social, gestão e desenvolvimento de projetos urbanos, percepção de valor no ambiente construído, qualidade de vida urbana, desenvolvimento de jogos didáticos para ensino e fundamentos metodológicos e epistemológicos da pesquisa.</p> <p>Clarice Misoczky de Oliveira</p> <p>Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS, 2009), mestrado e doutorado em Planejamento Urbano em Regional (PROPUR-UFRGS, 2013 e 2018, respectivamente) e doutorado sanduíche no exterior na School of Built Environment da Oxford Brookes University (2017). Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Cidade em Projeto – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tem experiência na área de Arquitetura e Planejamento Urbano, tendo atuado com ensino, pesquisa e extensão. Integrou a equipe de elaboração de Planos de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Coordenou a elaboração dos Planos Populares de Ação Regional, com patrocínio do CAU-RS. Atualmente, coordena a ação de extensão <i>Projeto Urbano Integral da Vila São Luis – PoA</i>. É Co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero Rosa Kliass IAB e integra a Comissão de Política Urbana IAB, como Conselheira Superior do IAB-RS. Temas de interesse: projetos urbanos, práticas recentes de planejamento urbano, direito à cidade, produção do espaço, gênero e raça.</p>

Eixo temático do edital ao qual a proposta está relacionada:

Eixo 2: ATHIS

Justificativa da proposta de projeto de pesquisa:

O quadro das necessidades habitacionais do Brasil tem sido objeto de inúmeras ações normativas e institucionais, promovidas principalmente a partir da democratização do país com a Constituição Federal. O Estatuto da Cidade, o Sistema Nacional de Habitação, a criação do Ministério das Cidades, a Lei Federal 11.888/2008 e programas governamentais como o Minha Casa, Minha Vida e o Papel Passado, são marcos normativos e institucionais que exemplificam essas ações. Em termos de política habitacional, esses esforços estiveram direcionados para a produção de moradia, e esse direcionamento significa, não só o aporte de recursos financeiros e humanos, mas também um conjunto de ações, metodologias e ferramentas que foram desenvolvidas para subsidiar a produção de moradia e também a regularização fundiária. Quanto às melhorias habitacionais, apesar de estarem presentes no escopo da Política Nacional de Habitação e nos inúmeros planos locais de habitação que foram produzidos desde a promulgação da Lei que lhe deu origem, ainda são insuficientes para a complexidade da questão habitacional no contexto brasileiro.

No contexto nacional, a Fundação João Pinheiro (FJP) busca quantificar os problemas habitacionais através do conceito de déficit habitacional qualitativo, o qual se refere aos domicílios com alguma inadequação (FJP, 2018). Em pesquisa realizada no ano de 2015, a FJP identificou que os domicílios com alguma inadequação ultrapassavam os 9 milhões, englobando carência de infraestrutura (7.225 milhões de domicílios), cobertura inadequada (834 mil domicílios) e adensamento excessivo (1.025 milhões de domicílios) (FJP, 2018). Quanto ao perfil de seus proprietários, cerca de 47,1% desses domicílios inadequados em termos fundiários, bem como os domicílios com cobertura inadequada, pertencem àquelas famílias brasileiras com renda de até 3 salários-mínimos (FJP, 2018).

Revelam-se, assim, as condições existentes no contexto das famílias de baixa renda, onde a carência de rede de esgoto, de ventilação interna e de incidência solar, são algumas das características frequentemente presentes. Esses problemas, advindos das péssimas condições urbanas e habitacionais de determinadas áreas, conformam um cenário que, para além de indicar a necessidade de promover habitações saudáveis e seguras, explicita a falta de democratização do acesso à habitação de qualidade e de políticas adequadas e, portanto, a incoerência entre legislações e direitos instituídos quanto à habitação e a realidade que se encontra nos territórios. Os dados indicam precariedades cujo enfrentamento não se

faria exclusivamente por meio da produção de novas unidades habitacionais, e que são frequentemente negligenciados como forma de orientação das políticas públicas (CARDOSO; AMORE, 2018).

O grave cenário de necessidades habitacionais está concentrado nos centros urbanos e nos assentamentos informais, onde são precárias e frágeis as condições do território, tanto nos aspectos físicos quanto ambientais e de segurança da posse, o que reforça a necessidade do protagonismo do poder público, através das suas políticas.

Mais recentemente, em um cenário de escassez de recursos públicos para a moradia e diante de uma crise sanitária sem precedentes, as questões relacionadas à inadequação edilícia ganharam relevância e uma diversidade de ações de enfrentamento a esse problema foram promovidas por diferentes agentes. Muitas dessas ações partiram da iniciativa privada e, embora reconhecida a sua relevância, entende-se importante a interlocução dessa iniciativa com o poder público e, sobretudo, entende-se ser necessário o envolvimento direto dos agentes públicos locais no atendimento das demandas relacionadas à inadequação habitacional. É do Estado a responsabilidade de garantir o direito à uma moradia adequada e do agente público local a gestão do território.

A habitação se constitui como um direito de todo cidadão e no contexto internacional é reconhecida como um direito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo XXV, parágrafo primeiro:

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.”

Já no contexto nacional, dois marcos jurídicos podem ser apontados garantindo direitos legais quanto à habitação. O primeiro é a Constituição Federal de 1988, principalmente em seu artigo 6º que inclui a moradia como um dos direitos sociais e os artigos 182º e 183º que visam nortear a política urbana; o segundo é a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – denominada Estatuto da Cidade – que regulamentou o capítulo da Política Urbana (artigos 182º e 183º) da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (MONTEIRO e VERAS, 2017).

A questão habitacional é um desafio para o poder público e, apesar de muitas vezes haver um verdadeiro compromisso em relação à questão, outras vezes as propostas das políticas habitacionais parecem se distanciar da realidade. Assim, conhecer e diagnosticar com maior exatidão o problema é essencial para

encontrar os meios realistas para conseguir êxito (SHARON, 2016). A partir disso, esta proposta identifica como lacuna a necessidade de compreender o território a partir das inadequações habitacionais, reconhecendo e valorizando aquelas situações menos visíveis e menos atendidas, tendo como meta traçar caminhos com maior eficácia na implementação de políticas de melhoria habitacional.

Tendo como base o conceito de moradia digna sob a premissa de que “digna” é aquela moradia que proporciona um nível de vida adequado, ou seja, que deve atender aos sete requisitos definidos pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (NAÇÕES UNIDAS, 1991): segurança da posse, disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, custo acessível, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural.

Nesse contexto, a habitação é entendida como um conceito mais amplo do que um simples teto, havendo vinculação do direito à moradia com os demais direitos humanos previstos em outros documentos internacionais, tais como o direito à segurança, à paz e à dignidade. Desse modo, a habitação deve preencher os requisitos pertinentes a esses direitos que não são satisfeitos com a mera presença de um teto, o que por sua vez envolve o compromisso do Estado em promover moradia digna, aquela que deve ser compreendida como sendo uma moradia/habitação adequada (MEDEIROS, 2016).

Contudo, até o presente momento, o que se consolidou no país foi justamente um modelo único de provisão de unidades novas e transferidas aos beneficiários como propriedade, o que acabou por condicionar todos os recursos e esforços nacionais destinados à habitação, impedindo dessa forma a construção de políticas alternativas (CARDOSO; AMORE, 2018). Um modelo de política habitacional que foi insuficiente para fazer frente à volumosa demanda e à elevada precariedade habitacional provocadas pela intensa migração e pobreza que caracterizaram o processo de urbanização brasileiro (NEXO, 2021).

Nesse sentido, desenvolver políticas de melhoria habitacional em situações de informalidade poderia ser um vetor capaz de retomar, através do conhecimento técnico e da escuta das necessidades dos moradores, a promoção de uma arquitetura mais humanizada e saudável (AMARAL e KAWAHARA, 2019). Nesse sentido, para que seja possível propor intervenções que contribuam para a melhoria da qualidade urbanística e das habitações, garantindo salubridade e segurança, faz-se necessário uma maior aproximação com os aspectos específicos de cada território, pois:

O reconhecimento das necessidades habitacionais de um território e as decisões técnicas e políticas que viabilizem seu atendimento, objetivando a redução da precariedade habitacional (em todas as suas feições), demandam conhecimento bastante profundo sobre todos os aspectos que orquestram e influenciam a construção das cidades. Esses aspectos vão desde as características físicas do território até o reconhecimento de suas aptidões, da configuração da infraestrutura implantada e seu potencial de

indução de usos e ocupação, da disponibilidade de equipamentos e serviços básicos, passando pelo entendimento dos interesses dos agentes econômicos e dos vínculos orgânicos que as populações estabelecem com o local de reprodução do seu cotidiano (MARGUTI, 2018).

Existem lacunas legais, políticas, técnicas, tecnológicas e ideológicas que inviabilizam uma intervenção com ações efetivas e soluções adequadas para a precariedade habitacional que atinge uma grande parcela da população (LEITÃO e FERREIRA, 2019). Por exemplo, a generalização dos termos e conceitos sobre precariedade habitacional pode originar propostas de intervenção que contribuem para o aumento dos problemas ao invés de gerar soluções.

Para contornar essas lacunas, é preciso avaliar as técnicas e modelos de intervenção nos espaços construídos, na maioria das vezes, em autoconstrução (LEITÃO e FERREIRA, 2019). Todavia, ainda se está longe de conhecer as particularidades e especificidades dessa produção habitacional tão diversa ao longo do território do país. Além disso, as técnicas e modelos de intervenção utilizadas são baseados na cidade formal, ou, quando muito, nos modelos mais reconhecidos e onde, historicamente, houve maior intervenção, sobretudo as favelas e periferias da região sudoeste (LEITÃO e FERREIRA, 2019), que se distinguem em especificidades, das demais periferias do país.

Construir cidades espacialmente mais justas e que se reproduzam sem ocasionar ainda mais danos ambientais exige um diagnóstico realista das características e condições de vida dos indivíduos e famílias (MARGUTI, 2018). Assim, faz-se premente a estruturação, nos três níveis de governo, de um amplo sistema de informações que seja capaz de subsidiar a tomada de decisão (MARGUTI, 2018).

Um diagnóstico verdadeiro sobre os assentamentos informais, sobre as necessidades habitacionais (e outras necessidades setoriais), sobre os terrenos disponíveis e a infraestrutura implantada contribuiria para o reconhecimento da dimensão dos desafios que devem ser enfrentados, oferecendo suporte à elaboração de políticas sociais e urbanas ajustadas à realidade e que promovam a justa distribuição dos recursos no território (MARGUTI, 2018).

Parte-se do pressuposto de que através da prática de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, podem ser consolidados caminhos para a construção de políticas de melhoria habitacional mais adequadas à realidade brasileira. Tal pressuposto é fundamentado pela Lei 11.888 (2008), que tem o potencial de fazer chegar os serviços de arquitetura às populações de baixa renda, promovendo melhoria da qualidade arquitetônica através do conhecimento técnico dos profissionais da área somado à participação daqueles que habitam o território.

Nesse cenário, a assistência e assessoria técnica se colocam como um possível instrumento para entender “o problema” da habitação no país, que não é único e também não pode ser resumido pela leitura do déficit como necessidade imediata e intuitiva de construir habitações (CARDOSO; AMORE, 2018). Deve-se partir de uma leitura crítica e criteriosa das necessidades habitacionais que são diversas num país de dimensões continentais como o Brasil, pois as necessidades específicas implicam em soluções específicas (CARDOSO; AMORE, 2018).

No Estado do Rio Grande do Sul, dados do Relatório Anual das Condições de Habitação (FIPE, 2018) apontam que 31,4% dos domicílios gaúchos sofrem de alguma carência no acesso à infraestrutura básica; principalmente os domicílios mais pobres, que sofrem pela falta de acesso à rede de coleta de esgotos, de abastecimento de água e coleta de lixo. Considerando o acesso à infraestrutura de serviços de utilidade pública, 31,4% dos domicílios do estado não possuem acesso a pelo menos um serviço (energia elétrica, água encanada, coleta de lixo ou coleta de esgoto). Mas, o pior cenário de carência se apresenta no campo do saneamento básico, onde está a falta de acesso à coleta de esgoto (que afeta 30,0% dos domicílios), seguida pela carência no acesso à rede de distribuição de água (9,9% dos domicílios) e a coleta de lixo (5,1% dos domicílios).

De forma geral, o quadro de inadequações e carências apresentados para o Estado afeta de forma mais aguda os domicílios das duas faixas de menor renda do estado (com renda de até R\$ 2.454). Comparativamente, este agrupamento apresenta maior percentual de domicílios com acabamento rústico, com adensamento excessivo e ausência de banheiro exclusivo dotado de vaso sanitário e chuveiro (FIPE, 2018). Já no plano do acesso à infraestrutura, os domicílios considerados nas faixas de menor renda concentram também as maiores carências em termos de acesso à rede de coleta de esgoto, abastecimento de água e cobertura de serviços de coleta de lixo (FIPE, 2018).

Além disso, destaca-se a falta de segurança para meninas no ambiente privado da moradia. Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) mostram que 1 a cada 4 meninas menores de 13 anos são estupradas no país, sendo que 40% dos casos são cometidos por pais ou padrastos, 37% por primos, irmãos ou tios, e 9% por avós. Os dados indicam que a maioria dos estupros acontecem na residência das vítimas. A superlotação das moradias ou até mesmo pela ausência de portas nos cômodos e banheiros (quando houver) são fatores que contribuem para a falta de proteção das meninas brasileiras. O direito a uma casa saudável vai além das condições comumente reconhecidas de salubridade como iluminação e ventilação, mas também pelo direito à privacidade na própria casa. No meio urbano, a

dificuldade de acesso ao transporte coletivo e a insegurança para meninas e mulheres no espaço público também merecem atenção.

Dados estes que são semelhantes àqueles nacionais apontados pelo IBGE ao classificar os aglomerados subnormais e, como destacado anteriormente por Leitão e Ferreira (2019), essa denominação não abrange todas as especificidades regionais, morfológicas de ocupação do habitat precário. Portanto, há uma considerável lacuna relativa à busca de dados e informações mais precisas referente à realidade habitacional no Estado do RS. Tal diagnóstico deveria possibilitar a aproximação das diferentes realidades e características físicas do território para que seja possível construir políticas de melhoria habitacional mais eficazes e que gerem cidades espacialmente mais justas.

Neste contexto, o Município de São Leopoldo, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, elaborou seu Plano Local de Habitação no ano de 2012 e já desenvolveu diversas ações voltadas à produção habitacional e de regularização fundiária. Atualmente, segundo os dados da Fundação João Pinheiro, o município detém um déficit habitacional de mais de 17 mil famílias e, como nos demais municípios brasileiros, a crise sanitária colocou à mostra os problemas habitacionais relacionados à edificação e a urbanização precária dos assentamentos em que elas estão inseridas.

Nessa perspectiva, o município realizou em 2021 a Jornada de Regularização Fundiária, evento onde ocorreram debates e reflexões sobre a REURB e sua relação com os aspectos relacionados à habitabilidade da moradia, buscando alternativas para a estruturação de ações programáticas a serem implementadas no município. Neste processo de estruturação de políticas voltadas à habitação e regularização fundiária, o município tem se deparado com a escassez e precariedade de dados que possam subsidiar as suas ações de melhorias habitacionais. Assim, representa um desafio para os gestores o diagnóstico do déficit qualitativo do território municipal, envolvendo a coleta, a sistematização e a análise de dados. Esta proposta de pesquisa busca contribuir com essa lacuna, através da formulação de uma metodologia para realização de levantamento do déficit habitacional qualitativo no município de São Leopoldo. Para testar e validar a metodologia, deverá ser utilizada a Vila Progresso com área para aplicação prática. Na Vila Progresso já há um processo de regularização fundiária em andamento e com infraestrutura sendo implantada. Contudo, a condição das moradias é precárias, segundo a Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB), havendo a necessidade de se mapear a habitabilidade dessas moradias para que seja possível a formulação de programas de melhorias habitacionais que estejam de acordo com a realidade do território.

Após o trabalho empírico junto ao território, os dados serão organizados, analisados e espacializados. A partir desses dados, será elaborado um mapa interativo para que os gestores do município possam elaborar políticas e ações, bem como seguir alimentando com dados futuros após o tempo de realização desta pesquisa. A partir do desenvolvimento deste método espera-se poder replicá-lo em outras áreas do município, do Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo do Brasil.

Descrição dos principais problemas a serem abordados:

1. Documentos, registros e levantamentos referentes aos assentamentos precários, elaborados em diferentes momentos, por diferentes secretarias e projetos, tornando os dados dispersos e dificultando a elaboração de um diagnóstico da inadequação das moradias a partir da irregularidade fundiária;
2. Fragilidade no diálogo entre as pastas da saúde e da habitação, tanto no que se refere aos dados que subsidiam as políticas, como na implementação das políticas;
3. Escassez de dados atualizados sobre o déficit habitacional qualitativo;
4. Ausência de dados espacializados do déficit habitacional qualitativo a partir do mapa de irregularidade fundiária do município;
5. Ausência de Banco de Dados que apoiem a análise e tomada de decisão dos gestores municipais sobre as necessidades habitacionais do município;
6. Ausência de uma metodologia para a construção de diagnósticos habitacionais voltados para o atendimento do déficit habitacional qualitativo na perspectiva da saúde individual e coletiva;
7. Fragilidade no atendimento das demandas por melhoria habitacional devido a ausência de diretrizes e processos claros no atendimento dessa demanda;

Objetivos propostos:

1. Organizar os dados municipais existentes relacionados às áreas em processo de regularização;
2. Promover a interlocução entre os agentes públicos da saúde, assistência social e da habitação buscando fortalecer a compreensão da moradia como vetor de saúde e as agentes de saúde como um potencial catalizador de dados e demandas sobre as condições de moradia;
3. A partir dos dados que o município já possui, referente às áreas em processo de regularização fundiária, propõe-se realizar um levantamento das inadequações habitacionais dessas áreas;

4. Elaborar um mapa de inadequação habitacional, a partir do cruzamento das informações municipais sobre os assentamentos informais e o programa estratégia de saúde da família;
5. Criar banco de dados georreferenciados (SIG) e repositório de documentos do município de São Leopoldo constando caracterizações acerca das questões habitacionais (área em processo de regularização fundiária, áreas a regularizar, ocupações em áreas de risco, mapeamento das demandas de melhorias habitacionais incluindo a perspectiva de gênero e raça, entre outras), com o objetivo de centralizar as informações para todas as secretarias do município.
6. Estruturar uma metodologia para a coleta e análise de dados relativos à inadequação das moradias de modo a subsidiar as ações da política municipal de habitação;
7. Aplicar e avaliar a metodologia em uma das áreas priorizadas pelo município, fazendo a coleta e análise de dados relativos à inadequação das moradias;
8. Propor diretrizes para orientar os processos de atendimento das demandas de inadequação das moradias em diálogo com a Política Municipal de Habitação que orientem e viabilizem a implantação de processos de ATHIS;

Metodologia do projeto de pesquisa:

Para atingir os objetivos propostos, este projeto estrutura-se em cinco etapas, (i) conhecer; (ii) compartilhar; (iii) estruturar; (iv) aplicar, e; (v) avaliar, cuja premissa para o desenvolvimento é a troca de saberes entre os pesquisadores e atores da administração pública.

- I. Conhecer: levantamento de informações, documentos, estudos e levantamentos produzidos pela administração pública municipal relativos ao quadro das necessidades habitacionais do município de São Leopoldo. Esse levantamento inicial, que envolverá reuniões, entrevistas estruturadas e grupos de foco com técnicos e gestores públicos que atuam nas áreas da habitação, planejamento e saúde (atenção primária) tem por objetivo conhecer o histórico habitacional do município e subsidiar a estruturação das demais etapas do projeto. A partir do compartilhamento de saberes pretende-se contribuir para a formação dos recursos humanos do poder público;
- II. Compartilhar: promover a troca de saberes entre os técnicos e gestores das pastas da saúde primária e da habitação de modo a construir um diálogo entre as políticas que orientem e subsidiem possíveis ações, apontem critérios de priorização de demandas e/ou proponham ou aprimorem ferramentas para o desenvolvimento de ações de ATHIS;
- III. Estruturar: A partir do conhecimento acumulado e do compartilhamento de saberes, parte-se para a estruturação das informações em banco de dados, mapeamentos, ferramentas e a documentação de protocolos e procedimentos para operacionalizar a elaboração de diagnósticos aplicados aos processos de ATHIS. Esses diagnósticos deverão apontar pistas para a estruturação

de processos que viabilizem a ATHIS no município, desde a identificação da demanda até o seu pleno atendimento.

- IV. Aplicar:** O município de São Leopoldo já implementa ações junto aos assentamentos precários que visam a regularização fundiária em consonância com o que foi orientado pelo seu Plano Local de Habitação de Interesse Social. Neste sentido já identifica áreas passíveis de regularização fundiária, além daquelas onde já existem ações em desenvolvimento, as quais podem aderir aos processos de ATHIS que o município pretende implementar. Assim, esta etapa tem por objetivo aplicar a metodologia, e as ferramentas, estruturadas na etapa anterior, para elaborar um diagnóstico aplicado aos processos de ATHIS. Assim, esse processo se dará a partir de um levantamento de campo, em área prioritária a ser indicada pelo Município e que tenha o Programa Estratégia de Saúde de Família operando no território. Esse levantamento será estruturado por quadras, e terá por objetivo, o levantamento das informações relacionadas à inadequação da moradia a partir de instrumento de pesquisa a ser estruturado na etapa anterior. Para tanto será formada uma equipe multidisciplinar e intersetorial, composta por bolsistas, pesquisadores (mestrandos e doutorandos), gestores públicos da habitação, da saúde e agentes comunitários, que estarão organizadas em dois grupos, um primeiro responsável pelos levantamentos de campo e um segundo responsável pela sistematização dos dados. A análise das informações e construção do diagnóstico será produto da equipe, envolvendo os dois grupos.
- V. Avaliar:** Esta etapa tem por objetivo a avaliação do projeto como um todo mas com um enfoque nas metodologias, procedimentos e ferramentas utilizadas na etapa de aplicação. A partir desta avaliação, deverão ser feitos os ajustes e aperfeiçoamentos indicados de modo a viabilizar novos levantamentos em outras áreas prioritárias do município.

Metas e impactos esperados, inclusive na formação de recursos humanos:

Meta 01 :

Organizar documentos, imagens e mapas georreferenciados em um Banco de Materiais (Repositório ou similar) a ser gerenciado pela Secretaria de Habitação de São Leopoldo;

Meta 02:

Incentivar a criação de um Grupo intersetorial com técnicos da saúde e da habitação voltado para a estruturação e desenvolvimento de ações de ATHIS no município de São Leopoldo;

Meta 03:

Estruturar um Banco de Dados aberto, que possa ser gerenciado pela Secretaria de Habitação de São Leopoldo e complementado pelo mesmo com dados relativos aos assentamentos precários que subsidiem projetos voltados à melhorias habitacionais;

Meta 04:

C. Produção de Mapas (Georreferenciados - SIG)

Meta 05:

Elaborar instrumento de pesquisa para levantamento de dados primários relativo à inadequação das moradias que agregue também informações de renda, gênero e raça;

Meta 06:

F. Realização de projeto piloto para aplicação da metodologia proposta para a elaboração de um Diagnóstico de Inadequação da Moradia para a ATHIS;

Meta 07:

Elaborar um Protocolo de Procedimentos a partir da metodologia de levantamento de campo e sistematização de dados para a elaboração de diagnóstico de inadequação da moradia;

Meta 08:

Formar agentes públicos da saúde, assistência social e da habitação para a elaboração de diagnósticos habitacionais aplicados à ATHIS

Meta 09:

Estruturar um Plano de Ação para operacionalizar os processos de ATHIS no município (Programa de Melhorias)

Indicadores para aferição do cumprimento das metas:

Meta 01 | Indicador 01:

Repositório de Materiais

Meta 02 | Indicador 02:

Lista de Presença, ATA e registro fotográfico das atividades (reuniões e oficinas) realizadas para o cumprimento da meta; documentos, acordos e resoluções que forem produzidos na perspectiva da criação de um grupo de trabalho intersetorial;

Meta 03 | Indicador 03:

Banco de Dados

Meta 04 | Indicador 04:

Caderno demonstrativo dos mapas produzidos

Meta 05 | Indicador 05:

Lista de Presença, ATA e registro fotográfico das atividades (reuniões e oficinas) realizadas para o cumprimento da meta; Instrumento de Pesquisa;

Meta 06 | Indicador 06:

Diagnóstico de Inadequação da Moradia do projeto piloto;

Meta 07 | Indicador 07:

Lista de Presença, ATA e registro fotográfico das atividades (reuniões e oficinas) realizadas para o cumprimento da meta; Protocolo de Procedimentos

Meta 08 | Indicador 08:

Lista de Presença, ATA e registro fotográfico das atividades (reuniões e oficinas) realizadas para o cumprimento da meta;

Meta 09 | Indicador 09:

Lista de Presença, ATA e registro fotográfico das atividades (reuniões e oficinas) realizadas para o cumprimento da meta; Plano de Ação

Descrição das atividades planejadas para o atingimento das metas:

ETAPA 01 | CONHECER

Meta 01 : Organizar documentos, imagens e mapas georreferenciados em um Banco de Materiais (Repositório?) a ser gerenciado pela Secretaria de Habitação de São Leopoldo;

Atividades:

- **A01 - Organizar material** que o município possui referente a áreas em processo de regularização fundiária e áreas cadastradas aguardando a regularização fundiária.
- **A02 - Estruturação de um Repositório** a partir desse material, que permaneça disponível e possa ser alimentado por todas as secretarias do município, com vistas a unificar as informações disponíveis e utilizadas por diferentes setores para a proposição de políticas públicas.
- **A03 - Complementação do Repositório** por parte desta pesquisa: mais adiante no desenvolvimento desta pesquisa, o repositório será complementado com dados referente às condições habitacionais das residências localizadas nestas áreas.

ETAPA 02 | COMPARTILHAR

Meta 02: Incentivar a criação de um Grupo intersetorial com técnicos da saúde e da habitação voltado para a estruturação e desenvolvimento de ações de ATHIS no município de São Leopoldo;

Atividades:

- **A04 - Reuniões** para a apresentação do projeto aos gestores municipais, construção de uma agenda comum de atividades e instituição de um GT Operacional para o projeto;
- **A05 - Oficinas temáticas** para arquitetos, técnicos sociais, agentes comunitários de saúde sobre saúde primária e habitação saudável;
- **A06 - Encontros sistemáticos** no decorrer do projeto de acompanhamento e execução das atividades propostas no projeto na perspectiva de promover uma formação continuada a partir do projeto, para técnicos e gestores municipais;

ETAPA 03 | ESTRUTURAR

Meta 03: Estruturar um Banco de Dados aberto que possa ser gerenciado pela Secretaria de Habitação de São Leopoldo e complementado pela mesma com dados relativos aos assentamentos precários que subsidiem projetos voltados à melhorias habitacionais;

Atividades:

- **A07 - Seleção de plataforma** online para armazenamento dos dados do município;
- **A08 - Apresentar** o repositório às secretarias do município e incentivar o uso compartilhado das informações;
- **A09 - Inserir** os dados na plataforma e compartilhar com as secretarias dos municípios;
- **A10 - Capacitar** os servidores através de oficina para que utilizarem a plataforma;

Meta 04: C. Produção de Mapas (Georreferenciados - SIG)

Atividades:

- **A11 - Levantamento** dos assentamentos informais do município a partir dos dados municipais já existentes;
- **A12 - Seleção dos dados existentes** quanto às áreas que estão em processo de regularização fundiária, bem como aquelas que estão aguardando para serem regularizadas;
- **A13 - Espacialização destes assentamentos em SIG**, identificando localização, número de famílias, situação fundiária - proprietário, incidência de políticas públicas (ESF, CRAS, HIS, RF), itens de infraestrutura básica existentes, grau de consolidação e estágio de regularização fundiária;
- **A14 - Produção** de mapas com os dados coletados no Projeto Piloto acerca das condições habitacionais;

Meta 05: Elaborar instrumento de pesquisa para levantamento de dados primários relativo a inadequação das moradias que agregue também informações de renda, gênero e raça;

Atividades:

- **A15 - Levantamentos** dos instrumentos de pesquisa socioeconômica utilizados nos cadastros municipais das políticas já instituídas (ESF, Regularização Fundiária, demanda habitacional, políticas assistenciais)
- **A16 - Oficina de intercâmbio** de experiências sobre instrumento de coleta de dados e aplicabilidade em campo envolvendo técnicos sociais envolvidos com cadastros municipais das políticas já instituídas;
- **A17 - Oficina para a construção** de instrumento de pesquisa voltado para a estruturação e desenvolvimento de ações de ATHIS;
- **A18 - Elaboração** do instrumento de pesquisa;
- **A19 - Testagem** de campo (Amostra) do instrumento de pesquisa.
- **A20 - Oficina de avaliação** do instrumento de Pesquisa;

ETAPA 4 | APLICAR

Meta 06: Realização de projeto piloto para aplicação da metodologia proposta para a elaboração de um Diagnóstico de Inadequação da Moradia para a ATHIS;

Atividades:

- **A21 - Oficina** com gestores públicos para a construção de critérios de classificação das áreas segundo o estágio de regularização fundiária;
- **A22 - Identificação** das áreas aptas a receberem ações de ATHIS visando melhorias habitacionais;
- **A23 - Seleção** de área-piloto
- **A24 - Elaboração** de metodologia de campo para a coleta de dados;
- **A25 - Seleção** da equipe de levantamento de campo;
- **A26 - Treinamento** da equipe de levantamento de campo
- **A27 - Trabalho de campo** - levantamento de dados
- **A28 - Sistematização** dos dados levantados
- **A29 - Análise** dos dados levantados
- **A30 - Elaboração de Diagnóstico** de Inadequação da Moradia para a ATHIS

Meta 07: Elaborar um Protocolo de Procedimentos a partir da metodologia de levantamento de campo e sistematização de dados para a elaboração de diagnóstico de inadequação da moradia;

Atividades:

- **A31 - Elaboração de Relatório** narrativo da construção do instrumento de pesquisa;
- **A32 - Elaboração de Relatório** narrativo das atividades de cadastramento;
- **A33- Elaboração de Relatório** narrativo das análises de dados;
- **A34 - Estruturação e elaboração de protocolo** de procedimentos a partir dos relatórios supracitados;

Meta 08: Formar agentes públicos da saúde e da habitação para a elaboração de diagnósticos habitacionais aplicados à ATHIS

Atividades:

- **A35 - Envolvimento** dos agentes públicos em todas as atividades deste projeto a partir do GT operacional instituído na Reunião de apresentação deste projeto;

Meta 09: Estruturar um Plano de Ação para operacionalizar os processos de ATHIS no município (Programa de Melhorias)

Atividades:

- **A36 - Entrevista** com agentes públicos da Secretaria de Habitação para identificar os processos municipais para o atendimento das demandas habitacionais;
- **A37 - Entrevista** com agentes públicos da Secretaria de Saúde, vinculados à Atenção Primária, que trata do contato inicial para promoção de saúde, para identificar os processos para o atendimento das demandas de saúde;
- **A38 - Identificar** os programas e projetos existentes na gestão municipal;
- **A39 - Identificar** a estrutura institucional da Secretaria de Habitação e da Secretaria de Saúde do município de São Leopoldo;
- **40 - Oficina** com gestores municipais sobre ATHIS visando a estruturação de processos público para a implementação da ATHIS;

- **41 - Elaboração** de um Plano de Ação para a estruturação de processo público de ATHIS, contendo metas institucionais, normativas e de atendimento da demanda de melhorias habitacionais;

ETAPA 5 | AVALIAR

- A42 - Seminário de Divulgação dos resultados e Avaliação do Projeto
- A43 - Prestação de Contas

Resultados esperados:

- 01 Repositório de Materiais
- 01 Banco de dados sobre assentamentos precários que subsidiem projetos voltados à melhorias habitacionais;
- 01 Grupo institucional para implementação da ATHIS instituído
- Mapas
- 01 Instrumento de coleta de dados para as ações de ATHIS
- 01 Protocolo de Procedimentos para o levantamento de dados para ações de ATHIS
- 01 Diagnóstico de Inadequação da Moradia para a ATHIS de uma área piloto do município de São Leopoldo
- Agentes públicos da Saúde e da Habitação formados e treinados para atuar em diagnósticos voltados às ações de ATHIS;
- 01 Plano de Ação para a estruturação de processo público de ATHIS

Entregas geradas ao final do projeto (ex. relatórios, registros de atividades, publicações, matérias em sítio de internet, etc.):

- Relatório Narrativo do Projeto contendo a descrição dos produtos e os resultados alcançados;
- Registro, através de fotos e lista de presença, de todas as atividades realizadas no âmbito do projeto;
- Publicação de matérias em sites da internet;
- Publicação acadêmica sobre a experiência

Orçamento detalhado e adequado aos objetivos da proposta de projeto de pesquisa, discriminado o montante de recursos a ser aplicado no projeto, conforme item 11 do edital, com detalhamento, discriminando docentes e discentes, dos valores destinados às bolsas, limitado ao valor máximo por projeto previsto no edital:

I – Custeio:

- Material de Consumo **R\$ 8.400,00**
- Serviços de terceiros - pagamento integral ou parcial de contratos para pessoa física ou jurídica, de caráter eventual **R\$ 42.240,00**
- Passagens e diárias (não devem exceder 20% do valor do projeto de pesquisa) **R\$ 8.000,00**
- Taxas Obrigatórias: **R\$ 6.250,00**

II – Bolsas:

- Bolsas de pesquisa para iniciação científica de alunos de curso de Arquitetura e Urbanismo já vinculados às instituições **R\$ 28.800,00**
- Bolsas de pesquisa de docentes, podendo ser uma equipe multidisciplinar, desde que pelo menos o responsável pela pesquisa seja arquiteto e urbanista, já vinculados às instituições **R\$ 30.720,00**

Cronograma físico-financeiro, com descrição detalhada das atividades e dos valores a serem aplicados em cada etapa do projeto:

Anexo_01

Infraestrutura básica e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto:

As professoras proponentes contam com a infraestrutura do PROPUR na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, sendo: o espaço físico da sala das pesquisadoras com área de trabalho para até 6 pessoas, sala para reuniões e atividades de capacitação; 04 computadores equipados com os softwares necessários para o desenvolvimento do trabalho como a plataforma Gsuite, Autocad e ArqGis, equipamentos para projeção e comunicação on-line.

Cronograma de Desembolso

Valor proposto ao CAU/RS – **R\$ 124.410,00** - Cento e vinte quatro mil, seiscentos e cinquenta reais.

Valor da parcela inicial a ser paga em até 30 dias da assinatura do contrato: **R\$ 82.940,00**

Valor da parcela final **R\$ 41.470,00**

Pagamento em Mês/Ano: **Maio|2023**

Declaração:

Na qualidade de representante legal da IES proponente e de pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa ora apresentado, declaram, para fins de comprovação junto ao CAU/RS, para os efeitos e sob as penas da Lei, que a IES proponente possui instalações, capacidade técnica e operacional para o

desenvolvimento do projeto de pesquisa científica acadêmica apresentado e o cumprimento das metas estabelecidas.

Pedem deferimento.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2022



Eliane Constantinou

[RESPONSÁVEL PELA PROPONENTE]



Luciana Inês Gomes Miron

[PESQUISADORA RESPONSÁVEL]

ANEXO 01 | CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta / Atividade		Meses											
		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
M4	A11 - Levantamento dos assentamentos informais do município a partir dos dados municipais já existentes;												
	A12 - Seleção dos dados existentes quanto às áreas que estão em processo de regularização fundiária, bem como aquelas que estão aguardando para serem regularizadas;												
	A13 - Espacialização destes assentamentos em SIG, identificando localização, número de famílias, situação fundiária - proprietário, incidência de políticas públicas (ESF, CRAS, HIS, RF), itens de infraestrutura básica existentes, grau de consolidação e estágio de regularização fundiária;												
	A14 - Produção de mapas com os dados coletados no Projeto Piloto acerca das condições habitacionais;												
Etapa 03	A15 - Levantamentos dos instrumentos de pesquisa socioeconômica utilizados nos cadastros municipais das políticas já instituídas (ESF, Regularização Fundiária, demanda habitacional, políticas assistenciais)												
	A16 - Oficina de intercâmbio de experiências sobre instrumento de coleta de dados e aplicabilidade em campo envolvendo técnicos sociais envolvidos com cadastros municipais das políticas já instituídas;												
	A17 - Oficina para a construção de instrumento de pesquisa voltado para a estruturação e desenvolvimento de ações de ATHIS;												
	A18 - Elaboração do instrumento de pesquisa;												
	A19 - Testagem de campo (Amostra) do instrumento de pesquisa;												
	A20 - Oficina de avaliação do instrumento de Pesquisa;												
	A21 - Oficina com gestores públicos para a construção de critérios de classificação das áreas segundo o estágio de regularização fundiária;												
	A22 - Identificação das áreas aptas a receberem ações de ATHIS visando melhorias habitacionais;												
	A23 - Seleção de área-piloto												
	A24 - Elaboração de metodologia de campo para a coleta de dados;												
	A25 - Seleção da equipe de levantamento de campo;												
	A26 - Treinamento da equipe de levantamento de campo												
	A27 - Trabalho de campo - levantamento de dados												
	A28 - Sistematização dos dados levantados												
	A29 - Análise dos dados levantados												
	A30 - Elaboração de Diagnóstico de Inadequação da Moradia para a ATHIS												
		R\$ 38.962,00											

ANEXO 01 | CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta / Atividade		Meses														
		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12			
Etapa 04	M7	A31 - Elaboração de Relatório narrativo da construção do instrumento de pesquisa;														
		A32 - Elaboração de Relatório narrativo das atividades de cadastramento;														
		A33 - Elaboração de Relatório narrativo das análise de dados;														
		A34 - Estruturação e elaboração de protocolo de procedimentos a partir dos relatórios supracitados;														
	M8	A35 - Envolvimento dos agentes públicos em todas as atividades deste projeto a partir do GT operacional instituído na Reunião de apresentação deste projeto;														
		A36 - Entrevista com agentes públicos da Secretaria de Habitação para identificar os processos municipais para o atendimento das demandas habitacionais;														
		A37 - Entrevista com agentes públicos da Secretaria de Saúde, vinculados à Atenção Primária, que trata do contato inicial para promoção de saúde, para identificar os processos para o atendimento das demandas de saúde;														
		A38 - Identificar os programas e projetos existentes na gestão municipal;														
	M9	A39 - Identificar a estrutura institucional da Secretaria de Habitação e da Secretaria de Saúde do município de São Leopoldo;														
		A40- Oficina com gestores municipais sobre ATHIS visando a estruturação de processos público para a implementação da ATHIS;														
		A41 - Elaboração de um Plano de Ação para a estruturação de processo público de ATHIS, contendo metas institucionais, normativas e de atendimento da demanda de melhorias habitacionais;														
		R\$ 21.362,00														
Etapa 05	A42 - Seminário de Divulgação dos resultados e Avaliação do Projeto															
	A2 - Prestação de Contas															
		R\$ 21.362,00														
											TOTAL	R\$ 124.410,00				